

Formação de professores: distorções nos municípios do maciço de baturité, CE.**Teacher training: distortions in the municipalities of baturité mass, CE.**

Recebimento dos originais: 29/01/2019

Aceitação para publicação: 27/02/2019

Jacques Therrien

PhD. Em Educação pela Cornell University, USA

Instituição: Universidade Estadual do Ceará

E-mail: jacques@ufc.br

Priscila Marize Santos Amorim

Discente em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará

Instituição: Universidade Estadual do Ceará

E-mail: priscila.marize@hotmail.com

Steffany Maria de Lima Vieira

Discente em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará

Instituição: Universidade Estadual do Ceará

E-mail: steffany_vi@hotmail.com

RESUMO

O estudo enfoca questões relacionadas a políticas educacionais e à gestão educacional tendo por objeto de análise o nível de formação dos professores do ensino fundamental num conjunto de 15 municípios onde se observava uma queda no número de docentes com curso superior. Autores que abordam políticas de formação inicial integram o referencial teórico da investigação. As mudanças ocorridas na qualificação dos docentes aparecem relacionadas a prioridades estabelecidas pelos gestores para atender às áreas cobradas pelas avaliações externas, bem como ao predomínio de níveis de cursos de curto prazo, ou de formação em nível médio, já que esses professores podem atender às necessidades e requisitos mínimo previsto por lei.

Palavras-chave: Formação de professores. Qualificação docente. Políticas educacionais.

ABSTRACT

The study focuses on issues related to educational policies and educational management with the purpose of analyzing the level of training of elementary school teachers in a set of 15 municipalities where there was a decrease in the number of teachers with higher education. Authors who approach initial training policies integrate the theoretical framework of research. The changes in teachers' qualifications appear related to the priorities established by the managers to attend to the areas charged by the external evaluations, as well as to the predominance of levels of short-term courses or training at the intermediate level, since these teachers can meet the needs and minimum requirements provided by law.

Keywords: Teacher training. Teacher qualification. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

O estudo apresenta um recorte de uma pesquisa mais abrangente intitulada ‘Observatório da Educação no Maciço de Baturité, Ce’, com enfoque nas políticas educacionais e na gestão educacional dos quinze municípios do Maciço e na qual estão envolvidos pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Nesta investigação, além de outras questões de interesse, foi observada a ausência de políticas de formação de professores na maior parte da região.

A formação de professores custou a fincar raízes nas políticas públicas do país, sendo no Movimento dos Educadores (1959) que a formação e a profissionalização do magistério tornaram-se uma preocupação do Estado. No decorrer desse período histórico, onde se buscava a reformulação dos cursos de formação de professores, dois documentos vieram expressar esse processo de renovação curricular. São eles: Referenciais Curriculares para Formação de Professores (Brasil/MEC, 1998) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL/CNE Par. n.º. 09/2001; Res. n.º. 01/2002).

Toda essa movimentação pela formação, mesmo que a passos lentos, trouxe benefícios para a educação do país, pois com a profissionalização do magistério veio a melhoria do ensino. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2012 (Brasília, 2012), o número total de professores graduados no Brasil é de 1.381.909, que corresponde a 69% dos docentes, sendo que desses o Nordeste possui 305.541 graduados. Dada essa realidade, é possível afirmar que a grande maioria dos professores da educação básica possui formação conforme as Diretrizes estabelecem, no entanto, se analisarmos alguns municípios do estado do Ceará, por exemplo, veremos que os números não coincidem.

O objeto de estudo deste artigo é analisar o nível de formação dos professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental na região do Maciço de Baturité, onde se observou uma queda no número de professores com curso superior no período de 2007 a 2010. Com base em dados divulgados pelo Ministério da Educação em Indicadores Demográficos e Educacionais (MEC/IDE), os municípios participantes do Observatório tiveram nesse período um aumento na contratação de professores, todavia, o nível de formação desses profissionais é de ensino médio, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa é apenas a primeira de algumas constatações que nos fez levantar hipóteses sobre a valorização do magistério nessa região.

2 SUPORTE TEÓRICO

Estudos de autores que abordam a formação inicial dos professores e as políticas desenvolvidas para a sua efetivação foram inicialmente consultados. Entre estes, se destacam os trabalhos de Bernardete Gatti sobre ‘As Políticas Docentes no Brasil’ (2011), de Antonio Nóvoa sobre a ‘Formação de Professores e a Profissão Docente’ (1992) e de Elba Barreto sobre as ‘Políticas e Práticas de Formação de Professores da Educação Básica no Brasil’ (2011). Dentre as iniciativas desenvolvidas pelo Estado estão as Diretrizes (2001) e os Referenciais para a formação de professores (1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Lei do Piso Salarial do Magistério (2008), entre outros.

Segundo o Anuário da Educação Básica de 2012 o número de professores na região Nordeste é de 600.796, destes apenas 305.451 possuem ensino superior, como observado anteriormente. Barreto (2011, p.2) relata, entretanto, que os “*professores brasileiros representam o terceiro grupo ocupacional mais numeroso do país*” e dentro deste “*o que possui o mais alto nível de instrução, em vista da forte regulamentação que cerca o exercício da profissão*”. Comparando as duas informações é possível constatar que o Nordeste ainda não conseguiu se enquadrar nas regulamentações que regem a profissão. Se, então, olharmos para a situação de regiões como a do Maciço de Baturité, veremos uma desproporção ainda maior, no que se refere à formação.

Sobre a regulamentação tratada pela autora, iniciaram-se as fortes discussões sobre a formação de professores a partir da década de 1970 quando o tema teve que seguir a demanda da globalização, substituindo a Escola Normal pela Habilitação de Magistério, e se materializou nos documentos dos Referenciais e Diretrizes para a formação de professores. O documento das Diretrizes Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001. Nele se encontra a regulamentação da profissão docente e a adequação da formação com as exigências do mercado de trabalho (FREITAS, 2002).

O Artigo 87, § 4º da LDB nº 9.394/96 também estabelece a mesma exigência quanto à formação, quando diz que “*Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço*”. Logo em seguida, contudo, a legislação vem oferecer outros caminhos quanto à formação desses profissionais. A ANFOPE, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, quando se refere à Lei do Piso Nº 11.738 comunica que “*a manutenção da formação em nível médio se fará para possibilitar aos municípios o cumprimento da Lei do*

pisos", o que esclarece, mas não justifica, a realidade de muitos municípios brasileiros ainda contratarem professores com a formação em nível médio para o magistério.

É prudente mencionar que o acesso ao ensino superior em regiões mais afastadas das metrópoles foi, durante muito tempo, um desgaste para a educação. Em 2006 o governo federal criou a Universidade Aberta no Brasil (UAB) que tem, segundo Barreto (2011), o objetivo de promover a formação inicial e continuada de professores da educação básica com metodologia à distância. A medida visa a expandir e interiorizar a oferta pública de nível superior para alcançar populações que vivem longe dos grandes centros. A formação superior, portanto, já é capaz de alcançar as regiões geograficamente e economicamente mais desfavorecidas.

Que motivos justificam a defesa da formação docente em seu mais alto nível? Não seria o conhecimento prático suficiente? Segundo Gatti (2009), muitas vezes “*enfatizamos as questões sociais e afetivas deixando o conhecimento de lado. A proposta é integrar os três aspectos*”. Não resta dúvida de que a prática na docência é de extrema importância para se conseguir um bom ensino-aprendizagem, mas não é suficiente em nenhum aspecto. Há a necessidade, portanto, de se estabelecer um padrão mínimo de qualidade na formação desses profissionais da educação.

Um médico, por exemplo, só é considerado profissional se tiver uma devida formação em nível superior, da mesma forma o juiz, o contador ou o veterinário, e por que razões então, seria o professor dispensado de tal formação? Sobre o conhecimento e as responsabilidades que exigem uma profissão, Tardif (2000, p.7) explica:

Os profissionais podem ser considerados responsáveis pelo que os *anglófonos* chamam de *malpractice*, ou seja, pelo mau uso de seus conhecimentos, causando, desse modo, danos a seus clientes. A autonomia e a competência profissionais têm, como contrapeso, a imputabilidade dos profissionais e sua responsabilidade para com os clientes.

Cabe então questionarmos sobre a qualidade de ensino oferecida por esses profissionais com formação em nível médio e da responsabilidade que lhe foi imposta no momento da contratação de seu serviço. Estariam eles aptos a prestação desse serviço? Como a gestão educacional poderá cobrar resultados de profissionais que não receberam a devida formação?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados analisados foram colhidos no site do MEC/INEP em Indicadores Demográficos e Educacionais, onde constam informações a nível municipal e estadual; o procedimento tornou possível comparar a realidade da formação docente do Ceará com o Maciço e identificar as políticas de formação presentes nessas regiões. Devido ao caráter quanti-qualitativo do estudo, além dos números, foram analisadas entrevistas realizadas com gestores escolares e municipais da região, a fim de identificar a visão desses atores sobre a formação de professores. O material foi transcrito e analisado, zelando pela veracidade das falas.

Para analisar o objeto em questão foram inicialmente organizados em uma tabela os dados colhidos no site do MEC/INEP, 'Indicadores Demográficos e Educacionais', onde constam informações a nível municipal e estadual. Os números dizem respeito ao total de professores de cada município, e destes o número de professores com graduação, ensino médio, normal médio e sem ensino médio. A análise das duas modalidades de ensino, fundamental I e II, permitiu verificar o maior decréscimo de professores graduados. Vale ressaltar que a inquietação que move o estudo é o fato de ter havido um crescimento na quantidade de docentes apenas com ensino médio, enquanto a quantidade de graduados permaneceu praticamente a mesma na série-histórica 2007 a 2010.

Como procedimento de análise mais focada do objeto em questão expôs-se em uma tabela o número total de professores de cada município, e destes o número de professores com graduação, ensino médio, normal médio e sem ensino médio. Notou-se que a realidade muda conforme a modalidade de ensino, pois em sete dos quinze municípios há uma queda na quantidade de professores com graduação e um aumento na quantidade de professores com ensino médio nos anos iniciais e nos anos finais aumenta o número daqueles com ensino superior. Vale ressaltar que houve um crescimento na quantidade de docentes apenas com ensino médio, enquanto a quantidade de graduados permaneceu praticamente a mesma na série-histórica.

Sabe-se que por maior que seja a autonomia educacional de um município, ela deve estar em conformidade com as propostas de seu estado e país. Esse princípio nos levou a analisar e comparar a realidade da formação docente do Ceará com a região do Maciço e identificar os caminhos escolhidos para a concretização das políticas de formação.

4 OS DADOS COLETADOS E SUA ANÁLISE INICIAL

Se visualizarmos a região como um todo veremos que houve aumento no número total de professores no ensino fundamental, com maior ênfase nas séries finais, exceto em cinco municípios que não apresentaram aumento no quadro de professores nessas etapas. São eles: Barreira, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção. Na série-histórica 2007 a 2010 houve um aumento de 323 professores no ensino fundamental, incluindo as séries iniciais e finais. Entendemos, dessa forma, que o crescimento das matrículas em todo território analisado desencadeou uma série de contratações de profissionais docentes. Importa, contudo, verificar o nível de formação destes.

Vale ressaltar que mesmo com o aumento de profissionais docentes nessa região, o número de escolas diminuiu consideravelmente em dez dos quinze municípios; nos demais, a quantidade permanece a mesma. A redução do número de escolas ocorreu nas áreas rurais. O dado torna-se relevante, pois nos leva a formular hipóteses sobre a locação desses profissionais e seu nível de formação. Parece existir predominância de profissionais graduados em determinadas escolas, enquanto outras recebam aqueles com um nível menor de formação. Muitas vezes os mais qualificados permanecem nas escolas urbanas, devido aos privilégios favorecidos por sua formação, ficando as escolas rurais a mercê do imprevisto. Vejamos o relato do coordenador de uma escola rural do município de Capistrano:

“Assim, as maiores dificuldades que nós enfrentamos aqui na escola e até na comunidade, o que eu vejo assim é a questão que um pouco violenta. Tem muitos casos, inclusive ano passado aconteceu alguns casos aqui que deixou assim... abalou até a escola. Questão de morte, essas coisas assim, um pouco meio... Tem até professor que não gosta de vir ensinar porque tem medo... os que vêm são aqui da comunidade mesmo.”

O que ocorre é que o aumento de professores com formação no Ensino Médio, de 2007 a 2010, é mais significativo do que o número de professores com formação no Ensino Superior. Em números, a quantidade de professores com nível de formação na graduação e no ensino médio era, em 2007, respectivamente de 1442 e 109, enquanto em 2010, esses números sobem para 1594 e 323, indicando que triplicou o número de professores formados apenas no ensino médio. Esses números correspondem à soma da quantidade de professores nas duas modalidades em cada ano, utilizando dados de municípios isolados. Nos dados divulgados pelo MEC, contudo, não é possível identificar o número de professores que lecionam nas duas modalidades.

Nos Anos Iniciais, em grande parte dos municípios, houve redução no número de professores com graduação e um aumento no número de professores com ensino médio. Na tabela a seguir é possível observar a realidade do município de Aracoíaba:

MODALIDADE/ET APA	FUNÇÕES DOCENTES						
	A no	G RAD.	E M	N M	S EM	T otal	% de grad.
Anos Iniciais – Ensino Fund.	2 007	97	1 7	1 5	-	12 9	7 5%
	2 008	78	3 0	8	-	11 6	6 7%
	2 009	91	3 1	8	-	13 0	7 0%
	2 010	92	2 6	5	-	12 3	7 5%
Anos Finais – Ensino Fund.	2 007	97	5	1	-	10 3	9 4%
	2 008	11 4	3 0	1 1	-	15 5	7 3%
	2 009	10 6	3 5	1	-	14 2	7 5%
	2 010	10 5	4 3	3	-	15 1	6 9%

Legenda: GRAD- Com Graduação; EM- Com Ensino Médio; NM- Com Normal Médio; SEM- Sem Ensino Médio.

Fonte: mec. Site: ide.mec.gov.br/2011

Já no município de Caridade observa-se que nos Anos Iniciais houve queda no número de professores com graduação, enquanto cresceu, consideravelmente, o número de docentes com Ensino Médio e Normal Médio em ambas as etapas de ensino.

MODALIDADE/ET APA	FUNÇÕES DOCENTES						
	A no	G RAD.	E M	N M	S EM	T otal	% de grad.
Anos Iniciais – Ensino Fund.	2 007	36	5	1 7	-	58	6 2%
	2 008	23	2 0	2 7	-	70	3 3%
	2 009	24	2 1	2 2	-	67	3 6%
	2 010	17	1 3	2 0	-	50	3 4%
Anos Finais – Ensino Fund.	2 007	23	5	-	-	28	8 2%
	2 008	45	1 5	2 5	1	86	5 2%
	2 009	35	2 1	3 0	-	86	4 1%
	2 010	34	2 3	3 0	-	87	3 9%

Fonte: mec. Site: ide.mec.gov.br/201

Nos anos finais, dez das quinze escolas do município aumentam o quadro de professores com formação tanto com nível superior quanto com ensino médio, o que repercute no aumento das matrículas nessa etapa e nos leva a pensar sobre a possível diminuição na evasão escolar. Já na modalidade de Normal Médio, em 2010, verificou-se uma quantidade razoável de professores; além disso, mesmo com um número insignificante, ainda existem professores das duas modalidades sem ensino médio, somando em todos os municípios cinco professores nesta condição.

No Ceará a realidade é a mesma quando se trata do aumento de docentes com formação de Ensino Médio nas duas etapas de ensino e do crescimento no número de professores nas séries finais. Uma possível explicação para dada realidade pode está no fato

das matrículas, as contratações e as formações em nível superior estarem crescendo em uma proporção inversa, quando deveriam crescer em consonância.

MODALIDADE/ET APA	FUNÇÕES DOCENTES					To tal	% de grad.
	A no	G RAD	E M	N M	S EM		
Anos Iniciais – Ensino Fund.	2 007	16. 175	1. 553	6. 262	16 2	24. 152	6 7%
	2 008	16. 542	2. 293	5. 976	99	24. 910	6 5%
	2 009	16. 256	2. 628	5. 553	67	24. 504	6 6%
	2 010	16. 344	2. 773	5. 140	51	24. 308	6 7%
Anos Finais – Ensino Fund.	2 007	17. 278	1. 804	3. 731	14 8	22. 961	7 5%
	2 008	17. 278	1. 804	3. 731	14 8	22. 961	7 5%
	2 009	17. 799	2. 892	3. 382	50	24. 123	7 4%
	2 010	18. 053	2. 871	3. 127	35	24. 086	7 5%

Fonte: mec. Site: ide.mec.gov.br/2011

Se levarmos em consideração que o aumento no número total de professores é maior no Fundamental II, ao mesmo tempo em que o número total de graduados estagna, podemos constatar que houve muitas contratações de docentes com ensino médio e o remanejamento dos graduados para as séries finais do fundamental.

Na maioria das vezes, o que ocorre nas regiões afastadas das grandes cidades, é a carência de profissionais qualificados para a docência. Com isso, é provável que não sejam as pessoas que escolham tal profissão, mas a profissão que as escolha, ou seja, em muitos casos com a falta de professores para tal área as escolas convocam aqueles mais próximos da comunidade escolar para o serviço docente, sem sequer receberem uma formação adequada.

Em um trecho da entrevista realizada com um diretor escolar em um dos municípios é possível observar a escola como um ambiente nepotista, talvez por ser esta a única solução encontrada para resolver o problema de oferta e procura.

“A gente pode dizer assim... Porque tem muitos pais aqui que são professores, aí já participam. *Ali fora tinha uma mãe. O que é que essa mãe estava fazendo aqui?* Uma era a monitora, a outra era professora e estava planejando. Tinha uma avó e duas mães na cozinha. *Aquela mãe que estava sentada planejava o quê? Ela é professora? É professora!* Esse é o horário de planejamento dela!”

Sem a aderência e motivação dessa prática pelo grupo gestor, dificilmente o professor buscará essa formação por si só. Sobre isso, explica Nóvoa (1992, p.17):

As escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores; e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. O desenvolvimento profissional dos professores tem que estar articulado com as escolas e os seus projectos.

A formação inicial não mais deveria ser um problema para o país, pois, entende-se que essa etapa já deveria ser de fácil acesso a todos, contudo, o que se vê é a oferta e procura por cursos rápidos de formação que atingem as metas de curto prazo, como é o caso das formações voltadas para as avaliações externas. É possível observar, em diferentes municípios, que a prioridade está nas avaliações externas, conforme mostram os gestores quando indagados sobre as formações existentes:

“É exatamente porque a gente tá trabalhando... tem o PAIC né, que é a alfabetização na idade certa e tem essa formação para esses professores que é 1º e 2º ano”

“...a Secretaria manda as apostilas para cá. Matemática, atividade de português, coletânea de textos para eles lerem e apostilas para eles criarem novos textos. Todos os meses eles vão para a formação do PAIC Mais.”

“Então foi quando surgiu esse programa do PAIC, que foi dado mais apoio para o professor, mais opções de trabalho, formação diferenciada.”

Se levarmos em consideração que tais avaliações têm o foco nas disciplinas e português e matemática, então os professores terão uma carência ainda maior de conhecimento das demais disciplinas, como relata a diretora de uma das escolas analisadas:

“Elas dão a formação, mas não dão a formação completa que engloba as outras disciplinas.”

Não é difícil encontrar nessas regiões docentes com nível médio participando de especializações *latu sensu*. As etapas de formação estão sendo descumpridas, deixando no professor e no aluno um imenso abismo no processo de ensino-aprendizagem. Há que se diferenciar a formação inicial da continuada e dar-lhes a devida valorização.

5 CONCLUSÕES

Este estudo permitiu identificar o nível de formação de grande parte do corpo docente da região do Maciço observando, junto ao aumento do número de docentes em atividades entre os anos 2007-2010, as mudanças ocorridas na qualificação destes o que permite identificar elementos de políticas educacionais relacionados às prioridades estabelecidas pelos gestores escolares e municipais. A educação na região, bem como em todo Ceará, demonstra privilegiar a formações de professores para atender às áreas cobradas pelas avaliações externas. Quando se trata de formação inicial, predominam níveis de cursos de curto prazo, ou a formação em nível médio, já que esses professores podem atender às necessidades prioritárias e aos requisitos mínimo previsto por lei.

No ensino fundamental, os dados analisados apontam para o aumento das matrículas de alunos e também para a contratação de docentes. Cabe destacar, contudo, que a situação identificada na região não aparece favorável à melhoria na qualidade do ensino. Foi destacado, efetivamente, um crescimento numérico no quadro de alunos matriculados e de professores contratados, sem que estes últimos apresentassem uma formação condizente com suas funções. Entende-se, pois, que sem conhecimento específico o professor não assegura qualidade no ensino e o aluno, por sua vez, a aprendizagem esperada.

É possível observar nas falas dos entrevistados traços que apontam para a prioridade das políticas educacionais da região, que privilegiam determinadas disciplinas consideradas prioritárias para atender aos ditames das avaliações externas, relegando outras também essenciais para a formação integral dos alunos aprendizes. As questões levantadas neste estudo apontam para medidas e metas políticas de urgência quanto à busca de soluções e mudanças na gestão dos rumos da esfera educacional.

Ficou evidenciada a necessidade da reformulação das políticas de formação nos municípios estudados a fim de tornar os profissionais docentes capacitados para o exercício de sua profissão, tomando como referência o mais alto nível de formação e contemplando todas as áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Elba Siqueira De Sá. **Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional**. In RBPAE – v.27, n.1, p. 39-52, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19966/11597>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei do Piso Salarial do Magistério**. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Parecer CNE/CP nº. 01/2002. Diário Oficial da União de 09/04/2002, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em maio de 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Parecer CNE/CP nº. 09/2001. Diário Oficial da União de 18/01/2002, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em maio de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASÍLIA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012**. 160p. Disponível em: <http://pnld.moderna.com.br>.

FREITAS, H.C.L. **Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GATTI, B. A. **Formação de Professores: condições e problemas atuais**. Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP. ISSN 1984-5332 - Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio/2009.

NÓVOA, António, coord. **Formação de professores e profissão docente**. In Os professores e a sua formação. Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério**. *Rev. Bras. Educ.*[online]. 2000, n.13, pp. 05-24. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02.pdf>